

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE
PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO**

EDITAL REITORIA/UFR Nº 12, DE 22 DE MAIO DE 2026

CARGO: MÉDICO

PROVA OBJETIVA — CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Total de questões	50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha
Áreas de conhecimento	Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Noções de Informática, Legislação e Conhecimentos Específicos do Cargo
Alternativas por questão	4 (quatro) — A, B, C e D, sendo apenas uma correta
Duração total da prova	4 (quatro) horas, incluído o preenchimento do cartão-resposta

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo	
Nº de inscrição	
Documento de identidade	
Sala	
Assinatura	

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Confira se a impressão deste caderno está legível e se contém 50 (cinquenta) questões objetivas, numeradas sequencialmente: Língua Portuguesa (1 a 10), Raciocínio Lógico (11 a 15), Noções de Informática (16 a 20), Legislação (21 a 30) e Conhecimentos Específicos do Cargo (31 a 50). Caso identifique qualquer falha ou irregularidade, comunique imediatamente ao fiscal de sala e solicite a substituição do caderno.
2. A prova terá duração total de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado à transcrição das respostas para o cartão-resposta. Não haverá prorrogação do tempo previsto.
3. Cada questão apresenta 4 (quatro) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas 01 (uma) é correta.
4. Confira, no cartão-resposta, se seus dados de identificação estão corretos. Eventuais divergências devem ser comunicadas ao fiscal de sala.
5. O cartão-resposta deve ser preenchido com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo-se completamente o campo correspondente à alternativa escolhida, conforme figura a seguir:

	A	B	C	D
1	☐	☒	☐	☐
2	☒	☐	☐	☐
3	☐	☐	☐	☒

6. Será atribuída pontuação zero à questão que, no cartão-resposta, contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou campo em branco, ainda que legível.
7. Não será permitido o empréstimo de qualquer tipo de material entre os(as) candidatos(as) durante a realização da prova.
8. O cartão-resposta não será substituído por erro de preenchimento de responsabilidade do candidato, sendo este o único documento válido para a correção da prova objetiva.
9. Durante a realização da prova, é vedado o uso de telefone celular, calculadora, relógio de qualquer tipo, dispositivos eletrônicos, materiais de consulta e comunicação com outros candidatos.
10. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala após decorrida 1 (uma) hora do início da prova. O caderno de questões somente poderá ser levado pelo candidato após 03 (três) horas do início da prova.
11. Os(As) 3 (três) últimos(as) candidatos(as) deverão permanecer na sala e somente poderão retirar-se juntos(as), após a assinatura da ata de encerramento.
12. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado.
13. O não cumprimento das instruções poderá acarretar a eliminação do(a) candidato(a).

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA**QUESTÃO 01**

Considerando o sentido expresso no título do texto — “SUS passa a oferecer atendimento virtual gratuito para adultos com vício em jogos e apostas” —, assinale a alternativa que apresenta uma inferência adequada a partir da expressão “passa a oferecer”.

- A) Antes do anúncio mencionado no título, o SUS não oferecia essa modalidade específica de atendimento virtual gratuito voltada a adultos com problemas relacionados a jogos e apostas.
- B) O SUS já disponibilizava atendimento virtual para o tratamento do vício em jogos e apostas, porém destinado exclusivamente a crianças e jovens.
- C) Até o momento referido no título, o SUS não oferecia qualquer tipo de atendimento a pessoas com problemas relacionados a jogos e apostas.
- D) O atendimento anunciado passará a ocorrer exclusivamente por meio virtual, substituindo integralmente as modalidades presenciais de tratamento para esse tipo de problema.

Leia o texto a seguir para responder às questões 2 a 4.

Texto

Durante a Copa do Mundo, uma cidade que parecia acostumada à pressa descobriu outro ritmo. Nos dias de jogo, as lojas fechavam mais cedo, os ônibus ficavam menos cheios e até os desconhecidos comentavam escalafões como se fossem velhos amigos. Na praça central, um telão reunia crianças, idosos, trabalhadores e turistas diante da mesma expectativa.

Mas a Copa não era apenas festa. Para alguns comerciantes, os jogos significavam queda nas vendas; para outros, oportunidade de lucro. Para muitos torcedores, cada partida parecia decidir mais do que uma classificação: decidia também o humor da semana, a conversa no trabalho e o orgulho exibido nas janelas.

Quando a seleção venceu nos acréscimos, a praça explodiu em abraços. Um senhor, que dizia não gostar de futebol, sorriu discretamente. Talvez não fosse o jogo que o emocionasse, mas a rara sensação de pertencer, por algumas horas, a uma alegria coletiva.

QUESTÃO 02

No texto, a Copa do Mundo é apresentada principalmente como um evento que:

- A) elimina os conflitos econômicos da cidade.
- B) modifica temporariamente a rotina e as relações sociais.
- C) interessa apenas aos torcedores mais apaixonados.
- D) impede que as pessoas realizem suas atividades diárias.

QUESTÃO 03

No trecho “como se fossem velhos amigos”, o mecanismo de produção de sentido empregado é:

- A) comparação.
- B) ambiguidade.
- C) citação.
- D) ironia.

QUESTÃO 04

A expressão “Mas”, no início do segundo parágrafo, estabelece com o parágrafo anterior uma relação de:

- A) adição de ideias semelhantes.
- B) conclusão do raciocínio anterior.
- C) oposição ou contraste.
- D) explicação de uma causa.

QUESTÃO 05

Na frase “A aluna leu o texto atentamente”, o termo “atentamente” exerce função de:

- A) sujeito.
- B) objeto direto.
- C) adjunto adverbial.
- D) predicativo do sujeito.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa em que a pontuação está correta.

- A) Os candidatos, que chegaram atrasados, perderam a orientação inicial.
- B) Os candidatos que chegaram atrasados, perderam a orientação inicial.
- C) Os candidatos que chegaram, atrasados perderam a orientação inicial.
- D) Os candidatos, que chegaram atrasados perderam a orientação inicial.

QUESTÃO 07

A palavra “infelizmente” é formada pelo processo de:

- A) composição por justaposição.

- B) derivação prefixal e sufixal.
- C) composição por aglutinação.
- D) abreviação vocabular.

QUESTÃO 08

Em “Embora estivesse cansado, concluiu o relatório”, a oração destacada introduz ideia de:

- A) causa.
- B) concessão.
- C) finalidade.
- D) consequência.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa em que a concordância nominal está correta.

- A) Seguem anexo os documentos solicitados.
- B) A professora ficou meia preocupada com o resultado.
- C) É proibida a entrada de pessoas não autorizadas.
- D) Os alunos estavam bastante cansados após a prova.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta.

- A) Fazem três anos que ele trabalha na escola.
- B) Houveram muitos problemas durante a reunião.
- C) Existem várias formas de resolver a questão.
- D) Precisa-se de funcionários qualificados.

RACIOCÍNIO LÓGICO**QUESTÃO 11**

Uma sequência infinita é formada repetindo-se, sempre na mesma ordem, as letras da palavra MATO:

MATOMATOMATOMATO...

A 137ª letra dessa sequência é:

- A) M.
- B) A.
- C) T.
- D) O.

QUESTÃO 12

Ana, Bruno, Carla e Diego chegaram a uma reunião em horários diferentes. Sabe-se que: Bruno chegou antes de Diego; Ana chegou depois de Carla; Diego chegou antes de Ana;

Carla não foi a primeira a chegar. É correto concluir que:

- A) Bruno foi o primeiro a chegar.
- B) Carla foi a última a chegar.
- C) Diego chegou depois de Ana.
- D) Ana chegou antes de Bruno.

QUESTÃO 13

Em uma caixa há bolas verdes, azuis e vermelhas, sendo 4 bolas de cada cor. Uma pessoa retira bolas da caixa, no escuro. Para garantir que entre as bolas retiradas haja pelo menos duas da mesma cor, o número mínimo de bolas que ela deve retirar é:

- A) 2.
- B) 3.
- C) 4.
- D) 5.

QUESTÃO 14

Uma pessoa caminha, a partir de um ponto inicial A, da seguinte forma: 8 metros para o Leste, 13 metros para o Oeste, 6 metros para o Leste e 4 metros para o Oeste, chegando ao ponto B. Em relação ao ponto B, o ponto inicial A está:

- A) 3 metros a Leste.
- B) 3 metros a Oeste.
- C) 5 metros a Leste.
- D) 5 metros a Oeste.

QUESTÃO 15

Pedro começou a tomar um medicamento em uma terça-feira. Ele deve tomar um comprimido por dia, todos os dias, até terminar uma cartela com 45 comprimidos. O último comprimido será tomado em uma:

- A) sexta-feira.
- B) sábado.
- C) domingo.
- D) segunda-feira.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 16**

Em um processador de textos, um usuário deseja deixar uma palavra com maior destaque visual, aplicando a ela o recurso de negrito. O atalho de teclado usual para aplicar esse recurso é:

- A) Ctrl + B.
- B) Ctrl + P.
- C) Ctrl + A.
- D) Ctrl + F.

QUESTÃO 17

No Windows, um usuário clicou com o botão direito sobre uma pasta e selecionou a opção para enviá-la para uma pasta compactada. O arquivo gerado por esse procedimento, em geral, terá a extensão:

- A) .zip
- B) .exe
- C) .txt
- D) .bmp

QUESTÃO 18

No Microsoft Windows, um usuário deseja alternar rapidamente entre janelas abertas, sem utilizar o mouse. O atalho de teclado mais adequado para essa ação é:

- A) Ctrl + C.
- B) Alt + Tab.
- C) Ctrl + Z.
- D) Shift + Delete.

QUESTÃO 19

Em uma planilha eletrônica, a célula A1 contém o valor 20 e a célula A2 contém o valor 5. Na célula A3 foi digitada a fórmula $=(A1*A2)/A1$. O resultado exibido em A3 será:

- A) 5.
- B) 20.
- C) 100.
- D) 200.

QUESTÃO 20

Ana possui uma pasta com muitos arquivos e deseja localizar apenas os documentos do Microsoft Word salvos nesse local. Para isso, ela pode pesquisar pelo tipo de extensão mais comum desses arquivos. A pesquisa mais adequada é:

- A) *.xlsx
- B) *.pptx
- C) *.docx
- D) *.zip

LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 21**

Juliana foi aprovada em concurso público para cargo efetivo de uma universidade federal. Após a publicação de sua nomeação, a área de gestão de pessoas orientou a candidata acerca dos procedimentos e prazos relacionados à investidura e ao início de suas

atividades. Com base na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- A) A investidura no cargo ocorre com o exercício, que deve ocorrer em até 30 dias contados da posse. Caso o servidor não entre em exercício nesse prazo, a posse será tornada sem efeito.
- B) A posse deve ocorrer em até 15 dias contados da publicação da nomeação. Caso o servidor não entre em exercício após a posse, será declarada a vacância do cargo.
- C) A investidura no cargo ocorre com a posse, que deve ocorrer em até 30 dias contados da publicação do ato de provimento. Após a posse, o servidor tem 15 dias para entrar em exercício, sob pena de exoneração.
- D) A posse e o exercício devem ocorrer simultaneamente. Caso o servidor não inicie suas atividades imediatamente após a posse, o ato de nomeação será automaticamente anulado.

QUESTÃO 22

Um servidor público de uma universidade federal realizou uma doação voluntária de sangue e, em outro momento do mesmo ano, contraiu matrimônio civil. Visando planejar suas ausências justificadas, consultou o setor de gestão de pessoas sobre os prazos de afastamento permitidos para cada situação. Considerando as concessões asseguradas pela Lei nº 8.112/1990, o servidor poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo:

- A) Por 1 (um) dia para a doação de sangue e por 8 (oito) dias consecutivos em razão do casamento.
- B) Por 2 (dois) dias para a doação de sangue e por 5 (cinco) dias úteis em razão do casamento.
- C) Por 1 (um) dia para a doação de sangue e por 5 (cinco) dias consecutivos em razão do casamento.
- D) Por 2 (dois) dias para a doação de sangue e por 3 (três) dias úteis em razão do casamento.

QUESTÃO 23

Acerca de provimento de cargo público previstos na Lei nº 8.112/1990, analise as afirmativas a seguir:

I. João, servidor estável de uma universidade federal, foi demitido após responder a um processo administrativo disciplinar. Após

recorrer ao Poder Judiciário, a demissão de João foi invalidada. Nessa situação, a forma de provimento que marca o retorno de João ao cargo anteriormente ocupado, com o ressarcimento de todas as vantagens, é a reversão.

II. Helena, servidora estável, foi aprovada em concurso público para outro cargo público inacumulável. Após entrar em exercício no novo cargo, não foi aprovada no estágio probatório. Nessa situação, poderá retornar ao cargo anteriormente ocupado por meio da recondução.

III. Roberto, ocupante de cargo efetivo, passou a exercer atribuições e responsabilidades mais compatíveis com limitações físicas permanentes constatadas em inspeção médica oficial. Nessa hipótese, ocorreu provimento derivado por readaptação.

IV. Solange, servidora pública federal, foi deslocada para outro cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis, com a mesma remuneração e no mesmo órgão, independentemente de concurso público. Nessa situação, ocorreu provimento por transposição.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 24

Em uma universidade federal, dois servidores técnico-administrativos em educação protocolaram requerimentos de Incentivo à Qualificação:

Sandra apresentou diploma de Mestrado realizado em instituição pública, em área de conhecimento com relação indireta com seu ambiente organizacional.

Ronaldo apresentou certificado de Especialização realizado em instituição privada, custeado com recursos próprios.

Nos termos da Lei nº 11.091/2005 (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação), assinale a

alternativa correta quanto ao direito dos servidores ao benefício.

- A) Apenas Sandra fará jus ao Incentivo à Qualificação, pois a lei veda a concessão do benefício para cursos realizados em instituições privadas.
- B) Apenas Ronaldo fará jus ao Incentivo à Qualificação, pois a concessão do benefício exige relação direta entre a área de conhecimento do curso e as atribuições do cargo.
- C) Ambos farão jus ao Incentivo à Qualificação, pois a lei admite a relação indireta com o ambiente organizacional e não faz distinção quanto à natureza pública ou privada da instituição de ensino.
- D) Nenhum dos servidores fará jus ao benefício, pois a concessão depende de prévio custeio ou financiamento integral por parte da universidade federal.

QUESTÃO 25

Associe os institutos de desenvolvimento e benefícios da carreira previstos na Lei nº 11.091/2005 (Coluna I) aos seus respectivos requisitos vigentes (Coluna II):

Coluna I

1. Progressão por Mérito Profissional
2. Aceleração da Progressão por Capacitação
3. Incentivo à Qualificação

Coluna II

- () Benefício calculado sobre o vencimento básico, concedido ao servidor que possui educação formal superior à exigida para o ingresso no cargo de que é titular.
 - () Mudança para o padrão de vencimento imediatamente superior, exigindo o interstício de 12 meses de efetivo exercício e resultado positivo em programa de avaliação de desempenho.
 - () Mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício.
- A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 3 – 1 – 2.
- B) 3 – 2 – 1.
- C) 1 – 3 – 2.
- D) 2 – 1 – 3.

QUESTÃO 26

No que concerne às regras estabelecidas pela Lei nº 8.112/1990 sobre a licença concedida ao servidor público federal para tratamento de saúde, assinale a alternativa correta:

- A)** Encontrando-se o servidor impossibilitado de se locomover, a avaliação pericial poderá ser realizada exclusivamente no estabelecimento hospitalar em que ele se encontra internado.
- B)** A licença para tratamento de saúde que for superior a cento e vinte dias, ininterruptos ou não, no período de doze meses, deverá ser avaliada obrigatoriamente por médico ou dentista em perícia singular.
- C)** A licença para tratamento de saúde inferior a trinta dias, dentro de um ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.
- D)** O servidor público que apresentar indícios de doença ou acidente relacionados ao desempenho da sua função será obrigatoriamente submetido a inspeção médica.

QUESTÃO 27

Douglas, servidor público, responsável por um laboratório de pesquisa da Universidade Federal onde trabalha, foi responsável pela elaboração dos documentos necessários ao processo licitatório para aquisição de bens permanentes para a sua unidade. Ao receber os itens de que precisava, uma centrífuga, uma estufa e três microscópios, deixou de realizar a conferência obrigatória dos equipamentos recebidos pelo setor. Em razão dessa omissão, perdeu-se o prazo legal para que fosse identificado o fato de que os microscópios entregues pela empresa não eram adequados à atividade pretendida, e não atendiam ao edital de licitação, causando prejuízo financeiro à Administração. Após apuração dos fatos, verificou-se que João não agiu com intenção de causar dano, mas deixou de observar os procedimentos exigidos para o exercício de suas atribuições. Diante da situação apresentada e com base na Lei nº 8.112/1990, a responsabilidade civil do servidor decorre de:

- A)** ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- B)** qualquer infração administrativa, independentemente da ocorrência de dano.
- C)** apenas da prática de crime contra a Administração Pública.

D) exclusivamente de conduta dolosa.

QUESTÃO 28

Carlos foi aprovado em concurso público para Analista Administrativo de uma autarquia federal. Após a homologação do resultado, sua nomeação foi publicada no Diário Oficial da União. Ao longo dos próximos dias, seguiram-se os seguintes fatos: compareceu ao setor de gestão de pessoas, apresentou a documentação exigida, foi considerado apto em exame médico para investidura do cargo, assinou o termo correspondente e assumiu formalmente os direitos e deveres inerentes ao cargo. Apenas na semana seguinte iniciou efetivamente suas atividades na unidade de lotação. Considerando a situação descrita e as disposições da Lei nº 8.112/1990, a investidura de Carlos no cargo público ocorreu no momento em que:

- A)** foi considerado apto em exame médico admissional.
- B)** assinou o termo correspondente e assumiu formalmente as atribuições, direitos e deveres do cargo.
- C)** foi publicada sua nomeação no Diário Oficial da União.
- D)** iniciou efetivamente o desempenho de suas atividades na unidade de lotação.

QUESTÃO 29

Ana ocupava cargo efetivo e estável de Assistente em Administração em uma universidade federal. Após ser aprovada em novo concurso público para cargo de nível superior em outro órgão da Administração Pública Federal, solicitou seu desligamento do cargo anteriormente ocupado para assumir o novo cargo. Com a formalização do ato administrativo correspondente, o cargo anteriormente ocupado por Ana tornou-se vago. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o fato que ocasionou a vacância do cargo de Ana foi:

- A)** a exoneração do cargo anteriormente ocupado.
- B)** a recondução ao novo cargo.
- C)** a readaptação no cargo anteriormente ocupado.
- D)** a reintegração ao novo cargo.

QUESTÃO 30

Pedro era servidor estável ocupante do cargo de Técnico-Administrativo em uma instituição federal. Após aprovação em concurso público para outro cargo efetivo em órgão diverso da Administração Pública Federal, foi regularmente nomeado, tomou posse e entrou em exercício no novo cargo. Durante o estágio probatório,

entretanto, não obteve avaliação satisfatória e foi considerado inapto para permanecer no novo cargo. Como ainda possuía vínculo jurídico com o cargo anteriormente ocupado, a Administração determinou seu retorno a esse cargo.

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o retorno de Pedro ao cargo anteriormente ocupado denomina-se:

- A) reversão ao cargo anterior.
- B) reintegração à instituição anterior.
- C) recondução.
- D) readaptação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Uma professora de universidade federal apresenta atestado emitido por médico assistente recomendando afastamento de suas atividades por 7 dias em razão de lombalgia aguda incapacitante. O documento contém identificação do profissional, diagnóstico codificado pela CID, período de afastamento e data de emissão. A servidora autoriza expressamente a divulgação do diagnóstico.

Nos termos do Manual de Perícia Oficial em Saúde e da regulamentação do SIASS, a concessão da licença deverá ocorrer:

- A) obrigatoriamente mediante perícia oficial singular presencial, independentemente do número de dias de afastamento.
- B) mediante junta oficial em saúde, por envolver incapacidade laboral temporária.
- C) por dispensa de perícia oficial, desde que o atestado atenda aos requisitos normativos e observados os limites legais para essa modalidade.
- D) exclusivamente após avaliação da chefia imediata quanto ao impacto do afastamento no serviço.

QUESTÃO 32

Uma servidora ocupante do cargo de laboratorista em uma instituição federal de ensino desenvolveu dermatite de contato após exposição contínua a determinados reagentes químicos utilizados em suas atividades. Durante a avaliação pericial, foram analisados o histórico ocupacional, os riscos ambientais existentes no local de trabalho, documentos de segurança química e relatórios da equipe de vigilância em saúde do servidor.

Segundo os princípios adotados pelo Manual de Perícia Oficial em Saúde, a caracterização do nexo entre o agravo e o trabalho exige:

- A) exclusivamente a existência de diagnóstico médico compatível com incapacidade laboral.
- B) apenas a declaração da chefia imediata de que a atividade exercida oferece riscos à saúde.
- C) obrigatoriamente a emissão prévia de laudo judicial, por médico perito determinado em juízo, reconhecendo a relação causal.
- D) a análise técnico-pericial integrada dos aspectos clínicos, epidemiológicos, ocupacionais e ambientais relacionados ao caso.

QUESTÃO 33

Maria, servidora aposentada de uma instituição federal de ensino, requereu isenção de imposto de renda sobre seus proventos de aposentadoria. Para fundamentar o pedido, apresentou laudos médicos particulares demonstrando ser portadora de osteoartrose grave de joelhos e coluna lombar, condição que lhe causa dor crônica e limitações funcionais importantes. Após análise da documentação e realização de perícia oficial na Unidade SIASS, verificou-se que a doença alegada não se encontra entre aquelas especificadas na legislação que prevê a isenção do imposto de renda para aposentados e pensionistas.

Nessa situação, de acordo com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal e com a legislação aplicável, o médico perito deverá concluir que:

- A) a isenção é devida, pois a doença produz limitações funcionais permanentes e reduz a qualidade de vida da servidora.
- B) a isenção não é devida, uma vez que a doença apresentada não integra o rol legal de moléstias passíveis de enquadramento para esse benefício.
- C) a isenção é devida, desde que a perícia reconheça incapacidade laborativa total e permanente.
- D) a isenção é devida e vigorará enquanto a doença exigir tratamento, devendo a servidora retornar à perícia anualmente.

QUESTÃO 34

Uma técnica-administrativa de uma instituição federal de ensino, com 38 semanas de gestação, compareceu à Unidade SIASS após diagnóstico de conjuntivite viral com indicação de afastamento das suas atividades laborais. O laudo do médico assistente foi emitido por

oftalmologista, não havendo intercorrência obstétrica relacionada à gestação. Considerando as orientações do Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (3ª edição, 2017), a conduta pericial mais adequada é:

- A)** conceder licença para tratamento da própria saúde, uma vez que a incapacidade decorre de condição clínica não relacionada à gestação.
- B)** conceder licença à gestante imediatamente, uma vez que a servidora se encontra com 38 semanas de gravidez e pode entrar em trabalho de parto a qualquer momento.
- C)** conceder licença à gestante, pois toda incapacidade laborativa ocorrida após a 36ª semana de gestação deve ser enquadrada nessa modalidade.
- D)** indeferir o afastamento até a ocorrência do parto, quando então poderá ser concedida licença à gestante, para evitar sobreposição de afastamentos.

QUESTÃO 35

Um servidor técnico-administrativo de uma instituição federal de ensino requereu licença por motivo de doença em pessoa da família para acompanhar sua mãe, diagnosticada com acidente vascular cerebral (AVC) recente, com importantes limitações funcionais. Durante a avaliação pericial, verificou-se que a mãe necessita de assistência permanente para atividades básicas da vida diária. Entretanto, constatou-se também que o servidor possui dois irmãos adultos que residem na mesma cidade, além de cuidador contratado pela família para prestar assistência diária à paciente. Com base na Lei nº 8.112/1990 e nas orientações do Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (3ª edição, 2017), a licença deverá ser:

- A)** concedida, pois a gravidade da doença do familiar é suficiente para caracterizar o direito à licença.
- B)** concedida, uma vez que o vínculo de parentesco em primeiro grau torna obrigatória a autorização do afastamento.
- C)** concedida desde que o servidor tenha, anteriormente, solicitado a inclusão da sua mãe como sua dependente para fins de acompanhamento de pessoa da família em seu assentamento funcional, pois trata-se de um direito garantido ao servidor público federal.
- D)** indeferida, caso a perícia conclua que a assistência direta do servidor não é indispensável em razão da existência de

outros meios adequados para o cuidado do familiar.

QUESTÃO 36

Uma médica perita de uma Unidade SIASS atua também como médica assistente em ambulatório especializado da mesma instituição federal de ensino. Determinado servidor, que se encontra em acompanhamento regular com essa profissional há vários anos em razão de doença reumatológica crônica, solicita licença para tratamento da própria saúde. Em razão da ausência momentânea de outros peritos disponíveis na unidade, a chefia solicita que a médica realize a perícia oficial do próprio paciente, alegando que ela possui amplo conhecimento do histórico clínico e que isso contribuiria para uma avaliação mais precisa. O servidor manifesta concordância expressa com a realização da perícia pela médica assistente. À luz dos princípios éticos aplicáveis à perícia oficial em saúde e das orientações do Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (3ª edição, 2017), a conduta mais adequada da médica é:

- A)** abster-se da atuação pericial no caso, em razão da incompatibilidade entre as funções de médica assistente e perita do mesmo servidor, devendo o exame ser realizado por outro profissional habilitado.
- B)** realizar a perícia normalmente, uma vez que possui conhecimento aprofundado do caso e houve concordância expressa do servidor.
- C)** realizar a perícia e limitar-se à análise documental, sem exame clínico, para evitar conflito ético.
- D)** realizar a perícia desde que o laudo seja posteriormente homologado por outro médico da instituição, pois o servidor tem direito à perícia médica e a administração pública não pode se demorar na emissão de laudo e homologação do afastamento.

QUESTÃO 37

Um médico perito de Unidade SIASS é procurado informalmente por um servidor que será submetido a perícia na semana seguinte. O servidor pede orientações sobre quais sintomas e limitações deveria enfatizar durante a avaliação para aumentar as chances de obtenção da licença pleiteada. O médico, sensibilizado pela situação social do servidor, fornece orientações detalhadas e recomenda a apresentação de determinados documentos que poderiam fortalecer sua pretensão administrativa. Nessa situação, o comportamento do médico perito é:

- A) adequado, por representar orientação humanizada ao servidor público.
- B) adequado, desde que as informações prestadas sejam verdadeiras.
- C) incompatível apenas se o médico vier a participar formalmente da perícia do servidor.
- D) incompatível com os deveres éticos de independência, imparcialidade e equidistância exigidos da atividade pericial.

QUESTÃO 38

Um servidor técnico-administrativo de uma instituição federal de ensino encontra-se em licença para tratamento da própria saúde há 14 meses consecutivos, em razão de quadro progressivo de esclerose lateral amiotrófica (ELA), com perda funcional importante e irreversível. Durante a avaliação pericial realizada pela Unidade SIASS, a junta oficial concluiu pela incapacidade laborativa total e permanente para o cargo, sem possibilidade de reabilitação. A chefia do setor questiona a possibilidade de indicação de aposentadoria por incapacidade, argumentando que o servidor ainda não completou 24 meses de afastamento contínuo. Com base nas orientações do Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (3ª edição, 2017), a conduta pericial adequada é:

- A) indeferir a aposentadoria por incapacidade, pois a legislação exige, como requisito obrigatório, 24 meses consecutivos de licença para tratamento da própria saúde.
- B) manter a licença para tratamento da própria saúde até que se complete o prazo mínimo de 24 meses, quando então poderá ser reavaliada a capacidade laborativa.
- C) encaminhar o servidor obrigatoriamente à readaptação funcional, independentemente da irreversibilidade do quadro clínico.
- D) indicar a aposentadoria por incapacidade permanente, quando caracterizada a irreversibilidade e a impossibilidade de reabilitação, independentemente do tempo de afastamento já decorrido.

QUESTÃO 39

Um servidor técnico-administrativo de uma instituição federal de ensino teve indeferido seu pedido de licença para tratamento da própria saúde, após perícia oficial singular realizada na Unidade SIASS. O laudo concluiu pela inexistência de incapacidade laborativa, apesar de o servidor apresentar diagnóstico de transtorno ansioso-depressivo em acompanhamento psiquiátrico. Dois dias após a ciência do resultado, o servidor retorna à unidade

apresentando novos relatórios do médico assistente e exames complementares recentes, solicitando que “outro perito analise o caso”, por não confiar na avaliação realizada. Considerando as disposições do Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (3ª edição, 2017), a medida administrativa inicialmente cabível é:

- A) abertura imediata de recurso administrativo dirigido à instância superior, com substituição obrigatória da equipe pericial.
- B) pedido de reconsideração dirigido ao mesmo perito ou junta que proferiu a decisão, antes de eventual interposição de recurso.
- C) realização automática de nova perícia por junta médica, independentemente de requerimento do servidor.
- D) encaminhamento obrigatório do caso ao Poder Judiciário, por se tratar de divergência técnica.

QUESTÃO 40

Uma servidora docente teve indeferido seu pedido de licença por motivo de doença em pessoa da família, após perícia oficial singular da SIASS concluir que, embora o familiar apresentasse quadro neurológico grave, não ficou demonstrada a indispensabilidade da assistência direta da servidora. A interessada apresentou pedido de reconsideração, o qual foi indeferido, sob o fundamento de ausência de novos elementos técnicos. Inconformada, a servidora pretende nova revisão da decisão, alegando que o entendimento pericial não considerou adequadamente o contexto social e familiar apresentado. De acordo com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (3ª edição, 2017), a medida cabível nessa fase é:

- A) novo pedido de reconsideração ao mesmo perito, com reapreciação ilimitada do caso.
- B) recurso administrativo encaminhado a outro perito para nova perícia, conforme fluxo do SIASS.
- C) abertura de nova perícia obrigatória por médico assistente da servidora.
- D) ajuizamento direto de ação judicial, pois esgotadas as vias administrativas.

QUESTÃO 41

Um servidor técnico-administrativo de uma instituição federal de ensino, com jornada de 40 horas semanais, requereu horário especial de trabalho sem compensação de jornada, nos termos da legislação vigente. No processo administrativo, juntou laudo médico oficial atestando ser pessoa com deficiência física

moderada, com limitação funcional para locomoção e necessidade de fisioterapia três vezes por semana em horário comercial. Em outro caso semelhante, uma servidora docente solicita o mesmo benefício para acompanhar tratamento contínuo de seu filho com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com necessidade de terapias multidisciplinares frequentes. Considerando as orientações do Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (3ª edição, 2017) e a legislação aplicável, a concessão de horário especial:

- A) pode ser concedida em ambos os casos, sem exigência de compensação de horário e sem impacto financeiro, desde que haja comprovação por avaliação pericial e não haja prejuízo ao serviço público.
- B) depende exclusivamente da conveniência da Administração Pública, podendo ser negada mesmo com laudo médico oficial favorável.
- C) somente é possível para servidor com deficiência, não se aplicando a dependente com deficiência, ainda que comprovada a necessidade de acompanhamento.
- D) exige obrigatoriamente compensação de jornada, independentemente do grau de deficiência ou necessidade de acompanhamento.

QUESTÃO 42

Um servidor técnico-administrativo de uma instituição federal de ensino apresentou atestado emitido por médico assistente, recomendando afastamento do trabalho por 30 dias em razão de quadro de lombalgia crônica. O documento contém diagnóstico, assinatura e CRM do médico, além do período sugerido de afastamento. Ao ser submetido à perícia oficial na Unidade SIASS, o servidor afirma que o perito deve “apenas homologar o atestado”, pois o médico assistente já conhece melhor seu quadro clínico. O perito, por sua vez, verifica inconsistências entre a queixa apresentada, o exame físico e os documentos anexados. Considerando o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (3ª edição, 2017), especialmente no que se refere aos limites do atestado do médico assistente e às atribuições do perito oficial, a conduta correta é:

- A) homologar obrigatoriamente o atestado médico, pois ele constitui prova plena da incapacidade laborativa e o servidor público federal possui fé pública em seus atos.
- B) recusar o exame pericial e encaminhar o servidor ao médico assistente, que é o responsável pela definição da incapacidade.

C) avaliar de forma técnica e independente a existência de incapacidade laborativa, podendo acolher ou não o atestado apresentado, uma vez que este tem caráter informativo e não vinculante.

D) indeferir automaticamente o pedido de licença sempre que houver divergência entre o atestado assistencial e a avaliação pericial.

QUESTÃO 43

Em uma instituição federal de ensino, uma auditoria identificou que servidores de determinado setor administrativo estavam submetidos a jornadas prolongadas, ausência de pausas regulares e exposição contínua a sobrecarga de trabalho, com aumento significativo de casos de adoecimento psíquico. A gestão argumentou que tais condições decorriam de “necessidades institucionais” e que a saúde ocupacional seria uma responsabilidade individual do servidor, não configurando obrigação do Estado. Considerando os princípios da saúde ocupacional e sua relação com os direitos humanos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- A) A saúde ocupacional não se enquadra, necessariamente, como direito humano, sendo matéria exclusivamente de gestão administrativa interna, incluída na autonomia das instituições federais de ensino.
- B) A saúde ocupacional é um direito humano fundamental relacionado ao direito à saúde e ao trabalho digno, impondo ao Estado o dever de promover ambientes de trabalho seguros e saudáveis.
- C) Embora a saúde ocupacional seja um direito humano fundamental, sua área de atuação limita-se à prevenção de acidentes de trabalho, não abrangendo aspectos psicossociais ou organização do trabalho.
- D) A proteção à saúde do trabalhador é facultativa no serviço público, podendo ser afastada por necessidade e interesse do Estado.

QUESTÃO 44

Em uma instituição federal de ensino, um estudo conduzido pelo serviço de saúde ocupacional identificou aumento de queixas osteomusculares entre servidores de um setor administrativo responsável por atividades de processamento de dados e atendimento ao público. Os trabalhadores relatam dor em região cervical e lombar, parestesias em membros superiores e fadiga ao final da jornada. A análise ergonômica preliminar indicou uso de mobiliário padronizado, porém com baixa possibilidade de ajuste

individual, elevada demanda de produtividade, pausas irregulares e variação reduzida de tarefas ao longo do dia. Com base nos princípios da ergonomia aplicada à saúde do trabalhador, assinale a alternativa correta:

- A) A associação entre os sintomas relatados e fatores ergonômicos é improvável, pois mobiliário padronizado atende aos requisitos normativos mínimos, afastando a hipótese de contribuição ocupacional relevante.
- B) A presença de mobiliário adequado segundo normas técnicas é suficiente para excluir a contribuição do trabalho na gênese de agravos musculoesqueléticos, independentemente da organização das tarefas.
- C) A ocorrência de sintomas musculoesqueléticos em trabalhadores administrativos está predominantemente associada a fatores extralaborais, sendo a contribuição ocupacional geralmente secundária nesses casos.
- D) Os agravos descritos podem estar relacionados à interação entre fatores biomecânicos e organizacionais do trabalho, como baixa variabilidade de tarefas, demandas cognitivas elevadas e restrição de ajustes individuais do posto.

QUESTÃO 45

Servidor da UFR incluiu no sistema atestado médico próprio com indicação de 60 dias de afastamento de suas atividades laborais. Tal servidor possuía dentro dos últimos 12 meses mais 65 dias de licença para tratamento da própria saúde. Diante do referido fato e de acordo com os procedimentos para Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O servidor poderá ter sua licença concedida administrativamente pela sua chefia imediata, uma vez que o atestado foi devidamente inserido no sistema oficial dentro do prazo de 5 dias
- B) A licença deverá ser avaliada obrigatoriamente por perícia oficial, que poderá ser realizada por um único médico (perícia singular), visto que o novo afastamento é superior a 15 dias
- C) O caso exige, obrigatoriamente, a avaliação por uma Junta Oficial em Saúde, pois o somatório de afastamentos no período de 12 meses ultrapassará 120 dias.
- D) A avaliação pericial será facultativa, uma vez que o sistema poderá homologar o afastamento automaticamente, cabendo à

chefia imediata do servidor apenas a inclusão no histórico funcional.

QUESTÃO 46

Em relação ao ônus financeiro das medidas de segurança e higiene do trabalho, a Convenção nº 155 determina taxativamente que:

- A) Os trabalhadores não deverão ter nenhum gasto.
- B) Dependendo da situação poderá ser descontada pequena parcela na remuneração.
- C) Os custos deverão ser divididos entre as partes, sendo 70% para o empregador e 30% para o trabalhador.
- D) Os custos deverão ser divididos em 50% entre as partes.

QUESTÃO 47

Um Médico do Trabalho lotado em uma Autarquia Federal recebe uma solicitação formal do Diretor de Gestão de Pessoas do órgão. O Diretor, fundamentado na necessidade de "readequação da força de trabalho" e "otimização de custos com readaptações", exige que o médico forneça uma listagem detalhada contendo o diagnóstico codificado (CID-10) de todos os servidores que passaram por exame de retorno ao trabalho nos últimos seis meses e que possuem restrições laborais parciais. O Diretor argumenta que, como autoridade máxima administrativa, tem o direito de acessar tais dados para o planejamento estratégico da instituição. Considerando o Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) e as normas específicas sobre o sigilo profissional na Medicina do Trabalho, assinale a conduta eticamente correta a ser adotada pelo médico:

- A) Fornecer os dados solicitados integralmente, visto que o Diretor de Gestão de Pessoas é o responsável legal pela administração do órgão e a finalidade da solicitação é o interesse público e a eficiência administrativa.
- B) Negar o fornecimento do diagnóstico (CID-10), limitando-se a comunicar ao setor administrativo a conclusão sobre a aptidão ou inaptidão (com ou sem restrições) do servidor, preservando o sigilo profissional, que só poderia ser quebrado mediante justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente.
- C) Fornecer os dados apenas mediante a assinatura de um termo de confidencialidade pelo Diretor de Gestão de Pessoas, o que transfere a responsabilidade ética do sigilo do médico para o administrador público.

- D)** Disponibilizar o acesso ao prontuário médico completo ao Diretor, desde que este seja acompanhado por um assistente técnico administrativo, sob o pretexto de que o prontuário pertence à instituição federal e não ao servidor ou ao médico.

QUESTÃO 48

A Toxicologia ocupacional estuda os efeitos tóxicos causados pela exposição de agentes químicos nocivos presentes no ambiente de trabalho. Tem como um de seus objetivos a prevenção dos danos à saúde do trabalhador. Dentre as medidas preventivas assinale a alternativa INCORRETA:

- A)** Uso de equipamentos de proteção individual (EPIs).
B) Monitorização da saúde dos trabalhadores expostos a agentes químicos, bastando o monitoramento ambiental.
C) Adoção de medidas de ventilação e sistemas de exaustão do ambiente de trabalho.
D) Treinamento e orientação aos trabalhadores sobre os riscos toxicológicos no ambiente de trabalho.

QUESTÃO 49

Em um determinado Ministério da Administração Pública Federal, o Serviço de Saúde Ocupacional identificou, por meio de exames periódicos e análise de absenteísmo, um aumento de 40% nas licenças para tratamento de saúde decorrentes de transtornos mentais e do comportamento (CID-10 F) e doenças do sistema osteomuscular (CID-10 M). O órgão, buscando alinhar-se à Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), decide implementar um programa de Promoção da Saúde no Trabalho (PST). Considerando o paradigma da Promoção da Saúde no Trabalho e a atuação do gestor público frente ao caso exposto, assinale a alternativa que apresenta a estratégia mais condizente com uma abordagem emancipatória e multinível, que ultrapasse a visão meramente biomédica e assistencialista:

- A)** Implementação de sessões semanais de ginástica laboral e palestras sobre higiene do sono, focando na mudança do estilo de vida individual do servidor para reduzir os índices de DORT e estresse.
B) Contratação de plano de saúde complementar com maior cobertura psiquiátrica e fisioterápica, visando garantir que o servidor retorne ao posto de trabalho no menor tempo possível após o adoecimento.

- C)** Realização de análise macro ergonômica do trabalho para readequação de processos, aliada ao fortalecimento de espaços de participação coletiva onde os servidores possam intervir na organização das tarefas e no controle sobre o próprio ritmo de trabalho.

- D)** Criação de um sistema de bonificação por produtividade e assiduidade, incentivando os servidores que não apresentam faltas médicas, como forma de mitigar o impacto financeiro do absenteísmo no órgão.

QUESTÃO 50

Um analista judiciário de um Tribunal Federal, com 12 anos de efetivo exercício, apresenta um quadro de episódios depressivos graves e recorrentes (CID-10 F33.2). O servidor já acumulou 210 dias de afastamento nos últimos 24 meses. Em sua última perícia de retorno ao trabalho, a equipe multiprofissional do órgão identificou que, embora o servidor possua capacidade cognitiva preservada, os sintomas são agudizados por conflitos interpessoais crônicos na unidade de lotação e pela natureza repetitiva das tarefas de conferência processual, que geram alto desgaste emocional. O servidor manifesta o desejo de continuar trabalhando, mas teme a recaída ao retornar ao mesmo ambiente. Diante da diretriz de integração entre perícia, vigilância e promoção da saúde mental no serviço público federal, e considerando as normas de regência sobre a capacidade laboral, qual deve ser a conduta prioritária e tecnicamente correta da equipe?

- A)** Indicar a aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez), uma vez que a recorrência dos episódios e o tempo total de afastamento (superior a 120 dias) configuram a inviabilidade de recuperação para o serviço público, visando cessar o nexo causal com o ambiente patogênico.
B) Conceder nova licença para tratamento de saúde por tempo indeterminado, condicionando o retorno do servidor à remissão total de todos os sintomas psicopatológicos, independentemente das condições organizacionais do setor de origem, priorizando a estabilidade clínica individual em detrimento da funcionalidade laboral.
C) Realizar avaliação clínica estritamente baseada no histórico de exames complementares e, caso os sintomas persistam após o tratamento medicamentoso otimizado, sugerir ao órgão a disponibilidade remunerada do servidor, por considerar o

cargo extinto para os fins de sua capacidade laborativa remanescente.

- D)** Realizar a análise técnica do nexo causal (ou nexo técnico epidemiológico) entre a patologia e a organização do trabalho e, constatada a limitação parcial e permanente para as atribuições atuais, propor a readaptação do servidor para cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com sua limitação, ou a adequação rigorosa de suas condições de trabalho.